



Moreira Matiz/Senado Federal

Com um debate sobre o sistema de transporte no estado de São Paulo, os senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB), Eduardo Suplicy (PT) e Marta Suplicy (PT) protagonizaram ontem à noite a estreia do programa *Assunto de Estado*, veiculado ao vivo pela TV Senado. A proposta é reunir os três parlamentares de cada estado para discutir questões de interesse da população local que, em muitos casos, têm reflexos em todo o país. A TV Senado pode ser sintonizada pela Net (canal 7), Sky (canal 118), Teccat (canal 17) ou pelo site da TV Senado (www.senado.gov.br/tv). Os espectadores também puderam enviar perguntas e comentários pelo Twitter (@[tvsenado](https://twitter.com/tvsenado)) e Alô Senado (0800 61-2211).

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

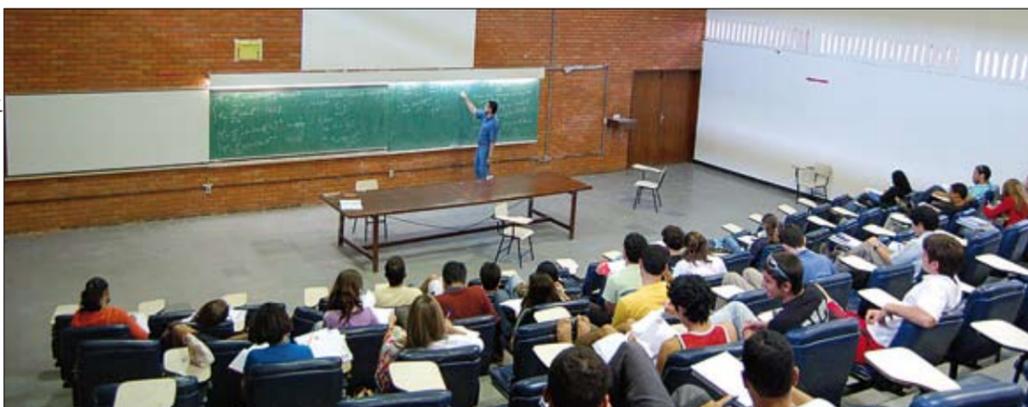
Ano XVII – Nº 3.466 – Brasília, terça-feira, 14 de junho de 2011



MP de contratação de professor está na pauta do Plenário

Se não for votada hoje, perderá a validade a medida provisória que permite ingresso temporário de professor em universidades federais

Ana Volpe/Senado Federal



O Plenário do Senado tem a pauta travada por uma medida provisória que, se não for votada na sessão de hoje, perderá a validade a partir de amanhã. A MP 525/11 tornou possível a contratação temporária de

professores por um ano (prorrogável por mais um) para atender à demanda criada com a expansão das instituições federais de ensino, tanto universidades como os institutos de educação tecnológica. **3**

especial Cidadania



Venilton Kuchler/SESA

Doenças graves podem ser diagnosticadas com a chamada triagem neonatal

SUS estuda expansão do teste do pezinho, criado há 50 anos

Criado em 1961 e introduzido no Brasil em 1976, o teste do pezinho evita que bebês com doenças congênitas ou infecciosas, como a fenilcetonúria e o hipotireoidismo,

possam sofrer consequências mais graves. Agora, o SUS estuda estender a capacidade de diagnóstico da chamada triagem neonatal para identificar outras doenças. **8**

Relator na CCJ, Renan é contra o fim da reeleição **3**

Líderes tentam acordo para PEC das MPs **4**

CAE vota liberação de estacionamento em *shopping* **5**

Gerardo Magela/Senado Federal



Marcelo Crivella (E): na igreja, as pessoas recebem solidariedade e fortalecimento para enfrentar as dificuldades

Homenagem ao centenário da Assembleia de Deus

Papel social dessas igrejas evangélicas, que comemoram seu centenário em 18 de junho, foi exaltado ontem pelos senadores, que destacaram o conforto espiritual e os serviços sociais e culturais oferecidos. **6**

Presidente do Senado vai a posse da ministra da Secretaria de Relações Institucionais. Ex-senadora antecipa que será "firme nos princípios e afável na abordagem"

Sarney ouve promessa de Ideli de ampliar o diálogo

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, participou ontem, no Palácio do Planalto, da cerimônia de posse dos novos ministros de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e da Pesca, Luiz Sérgio. Na sexta-feira, a presidente Dilma Rousseff anunciou a troca dos ministros. Em discurso, Ideli afirmou que sua missão será garantir o bom diálogo entre o Parlamento e o governo da presidente Dilma Rousseff. Disse ainda que, na condução da pasta, será "firme nos princípios e afável na abordagem".

A nova ministra de Relações Institucionais também prometeu discutir os projetos em tramitação no Congresso e garantiu que os acordos fechados serão cumpridos. Acrescentou que a unidade da base governista será tarefa central de sua gestão e

também reforçou a necessidade de negociar e dialogar com a oposição.

Ideli, que era muito dura na defesa dos interesses do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que saberá conversar mais.

Ao assumir o Ministério da Pesca, Luiz Sérgio disse se sentir apenas "mudando de trincheira". Ele deixou a Secretaria de Relações Institucionais em meio a críticas de ineficiência. Na cerimônia, Luiz Sérgio afirmou que o governo colecionou vitórias no Congresso durante sua gestão e citou a aprovação de projetos importantes, como o reajuste do salário mínimo.

Mais cedo, o presidente do Senado, José Sarney, declarou que a nova formatação que a presidente Dilma deu ao gover-

no – com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, mais focada na administração e Ideli Salvatti com atribuições mais políticas – será um facilitador no relacionamento com o Congresso. Segundo Sarney, o ex-ministro Antonio Palocci estava muito sobrecarregado com atribuições dos dois setores.

Também participaram da cerimônia de posse os senadores Fernando Collor (PTB-AL), Romero Jucá (PMDB-RR), Renan Calheiros (PMDB-AL), Gim Argello (PTB-DF), Jorge Viana (PT-AC), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Lindbergh Farias (PT-RJ), Francisco Dornelles (PP-RJ), Ângela Portela (PT-RR), Humberto Costa (PT-PE), Wellington Dias (PT-PI), Wilson Santiago (PMDB-PB) e Casildo Maldaner (PMDB-SC). (Com informações da Agência Brasil)



Ideli Salvatti fala na cerimônia, observada por Luiz Sérgio, Marco Maia, Temer, Dilma Rousseff, Sarney e Gleisi Hoffmann

Conhecendo o Programa Senado Verde e a Conorf

Em mais um encontro do ciclo Conhecendo o Senado, a Diretoria-Geral apresentou, ontem, as atribuições do Programa Senado Verde e da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (Conorf). As palestras são destinadas a servidores, comissionados e terceirizados e visa aprimorar os trabalhos legislativos.

A diretora-geral-adjunta, Rosa Maria Gonçalves, comentou a importância da iniciativa.

– Com mais informações sobre a estrutura e o funcionamento das secretarias, os funcionários

poderão realizar um trabalho cada vez melhor – disse.

Segundo a coordenadora do Senado Verde, Andréa Valente, o programa busca diminuir a emissão de resíduos e incentivar a conscientização ambiental.

– O Senado Verde foi criado em 2007 e a ideia é que vários setores da Casa possam participar e desenvolver ações baseadas no conceito de sustentabilidade, com a redução, reutilização e reciclagem de materiais – afirmou.

O consultor-geral do Orçamento, Orlando Sá, mostrou

como são desempenhadas as atividades da Conorf.

– A consultoria é o órgão designado para assessoramento técnico na área de planos e orçamentos públicos, fiscalização e controle. Esse trabalho é realizado em parceria com a Secretaria-Geral da Mesa, com a Comissão Mista de Orçamento (CMO) e com os gabinetes.

Orlando Sá também explicou o funcionamento do Siga Brasil, programa que disponibiliza um banco de dados com a execução financeira e orçamentária do governo federal.



Diretor da Consultoria de Orçamentos, Orlando Sá, e a coordenadora do Senado Verde, Andréa Valente

Simon e Ana Amélia rejeitam a lista fechada em debate no RS

Seminário organizado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado discutiu ontem na Câmara Municipal de Porto Alegre propostas de reforma política. O encontro reuniu os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Ana Amélia (PP-RS), que analisaram propostas como voto em lista fechada, voto obrigatório e financiamento público de campanha. Ambos concordaram que o voto em lista fechada não é uma alternativa positiva para o país.

Simon manifestou descrença sobre o sucesso da reforma. "Não acredito em grandes reformas feitas no Congresso se não houver pressão popular. Desde a Constituinte, reforma para valer só ocorreu quando o povo apareceu, como no

impeachment e agora no Ficha Limpa, que foi um milagre", disse o senador.

Ana Amélia aprova a ampliação das cotas nas eleições para as mulheres, mas não acredita que apenas a obrigatoriedade prevista em lei aumentará a participação feminina na política. "Ações afirmativas são mais eficientes para estimular as mulheres a participar do processo político", afirmou.

Ao avaliar as propostas da Comissão de Reforma Política do Senado, Simon considerou positiva a manutenção do voto obrigatório, o financiamento público de campanha e a ampliação da participação feminina na política. (Com informações da Câmara Municipal de Porto Alegre)

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Pauta trancada por MP

14h A pauta está trancada pela Medida Provisória 525/11, que autorizou a contratação temporária de professores para trabalharem nas instituições federais de ensino.

Presidência Visita de Ideli Salvatti

9h30 José Sarney participa da abertura do seminário Políticas e Novas Mídias – a nova comunicação entre parlamentares e cidadãos, no auditório do Interlegis. Às 12h, cerimônia de entrega da versão preliminar dos anteprojeto elaborados por comissão de juristas incumbida de atualização do Código de Defesa do Consumidor. Às 16h, recebe a ministra Ideli Salvatti, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

Subcomissão Situação da fronteira norte

9h A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da Comissão de Relações Exteriores se reúne em audiência pública para debater a situação na fronteira norte do país.

CAE Política de resseguros

10h A Comissão de Assuntos Econômicos vota projeto (PLS 259/10) que altera a Lei Complementar 126/07, que dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de cosseguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário. A CAE analisa também o PLS 87/11, que garante gratuidade no estacionamento de *shopping center* para o consumidor que gastar mais de 20 vezes o valor cobrado pela vaga do veículo.

CCJ Indicados para o CNMP

10h A Comissão de Constituição e Justiça realiza reunião extraordinária para sabatinar indicados ao Conselho Nacional do Ministério Público.

CE Prevenção e combate ao bullying

11h Reunião da Comissão de Educação para discutir a inclusão, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de dispositivo que adota estratégias para prevenir e combater o *bullying*.

CMA Embalagens biodegradáveis

11h30 Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle vota, entre outros, projeto que institui programa de substituição de embalagens plásticas por biodegradáveis.

CDR Incentivo regional

14h Na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional, projeto que estabelece incentivos fiscais e altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Subcomissão Audiência pública

14h A Subcomissão de Avaliação do Sistema Tributário Nacional faz audiência para debater a competitividade externa do sistema brasileiro. Entre os convidados, o diretor da Fiesp Roberto Giannetti da Fonseca e o consultor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial Júlio Sérgio de Almeida.

MP Apoio à conservação ambiental

14h30 Instalação de comissão para analisar medida provisória que institui o programa de apoio à conservação ambiental e o programa de fomento às atividades produtivas rurais.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Senado debate mercado e conteúdo de TVs por assinatura

O projeto (PLC 116/10) que define a possibilidade de participação das empresas de telefonia no mercado de TV por assinatura e fixa cotas de conteúdo nacional na programação das emissoras será discutido em audiência pública conjunta de cinco comissões: de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Educação, Cultura e Esporte (CE); de Assuntos Econômicos (CAE); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

De acordo com o relator na CCT, Walter Pinheiro (PT-BA), os senadores trabalham na construção de um texto único. A audiência pública está marcada para quinta-feira, às 9h, no auditório do Interlegis. A proposta original foi apresentada pelo deputado Paulo Bornhausen (DEM-SC).

O PLC 116/10 trata da comunicação audiovisual de acesso condicionado, um complexo de atividades que permite

a emissão, transmissão e recepção, por qualquer meio eletrônico, de imagens, com ou sem sons, para entrega de conteúdo audiovisual destinado exclusivamente a assinantes – basicamente, o serviço de TV por assinatura.

Com dez capítulos e 43 artigos, o projeto adapta a legislação brasileira ao acelerado avanço nas áreas de informação, telecomunicações e inovação tecnológica, segundo Paulo Bornhausen, licenciado da Câmara para exercer a função de secretário de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina.

O autor explica ainda que o projeto abre a possibilidade de empresas de telefonia obterem autorização para prestar o serviço de TV a cabo onde ainda não houver concessão e onde já houver há mais de um ano. Na avaliação do deputado, a medida deverá aumentar o acesso à informação, já que a maioria dos municípios brasileiros ainda não dispõe desse serviço.



André Lubitz/CC

Autor do projeto acredita que ampliação das concessões democratizará acesso

Termos usados pelo setor

- ▶ **Espaço qualificado** — espaço total do canal, excluindo conteúdos religiosos ou políticos, manifestações ou eventos esportivos, concursos, publicidade, telenovelas, jogos eletrônicos, propaganda política obrigatória, conteúdos jornalísticos e programas de auditório.
- ▶ **Canal de espaço qualificado** — é o que, no horário nobre, veicula majoritariamente conteúdos que constituam espaço qualificado.
- ▶ **Canal brasileiro de espaço qualificado** — é o que, entre outras características, é programado por empresa brasileira e veicula majoritariamente, no horário nobre, conteúdos brasileiros.
- ▶ **Pacote** — agrupamento de canais ofertado pelas empacotadoras às distribuidoras e, por estas, aos assinantes.
- ▶ **Serviço de acesso condicionado** — serviço de telecomunicações de interesse coletivo prestado no regime privado, cuja recepção é condicionada à contratação remunerada por assinantes.
- ▶ **Produtora brasileira** — empresa que produz conteúdo audiovisual atendendo, entre outras, às seguintes condições: ser constituída pela lei brasileira e ter 70% do capital total e votante de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



Ano Voipar/Senado Federal

Sala de aula na Universidade de Brasília: contratações podem ser de no máximo um ano, prorrogáveis por mais um ano

Pauta do Plenário inclui MP da contratação de professor

Se não for votada até hoje, perde a validade medida provisória que permite a universidades e escolas técnicas federais contratarem docentes por até um ano

A MEDIDA PROVISÓRIA 525/11, que autorizou a contratação temporária de professores para trabalharem nas instituições federais de ensino e em projetos de educação técnica e tecnológica, tranca a pauta do Plenário e perderá a validade se não for votada até hoje. As contratações devem durar no máximo um ano, sendo admitida uma prorrogação pelo mesmo período.

A MP alterou a Lei 8.745/93 e incluiu, entre os casos em que se considera a necessidade de contratação temporária “de excepcional interesse público”, a admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições federais de ensino, respeitados os limites e as condições fixados em ato conjunto dos ministérios da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

No Senado, a relatoria está com a senadora Ana Rita (PT-ES). Na Câmara, o relator, deputado

Jorge Boeira (PT-SC), defendeu a medida, que, para ele, servirá para suprir a demanda de docentes na implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) enquanto os concursos para o preenchimento das vagas vão sendo realizados.

De acordo com o governo, a demanda total de docentes para o Reuni foi estimada em 15.755 professores de terceiro grau, com base na razão média de um docente para cada 20 alunos.

Pela MP, também poderá ocorrer a contratação de professor substituto e de professor visitante devido à vacância do cargo, afastamento ou licença, na forma do regulamento, ou nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de *campus*.

O número total de professores de que trata esse item da lei não poderá ultrapassar 20%



Lio de Paula/Senado Federal

Senadora Ana Rita foi escolhida relatora da medida provisória

dos docentes efetivos em exercício. Quanto à remuneração, em todos os casos não poderá ser superior à dos servidores de final de carreira das mesmas categorias, nos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do órgão ou entidade contratante.

Relator na CCJ, Renan apresenta voto contra o fim da reeleição

A proposta que acaba com a possibilidade de reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos e a que institui mandato de cinco anos para esses cargos receberam voto contrário do relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Renan Calheiros (PMDB-AL). O colegiado decide amanhã se segue o relator ou se aprova os textos, apresentados pela Comissão de Reforma Política do Senado.

Em defesa do fim da reeleição (PEC 39/11), a comissão considerou o instituto contrário à “tradição republicana”, que vigorou desde a proclamação do regime até 1997”, quando foi adotada a Emenda Constitucional 16, que deu aos chefes dos Executivos a possibilidade de um mandato consecutivo.

Nos debates no colegiado, diversos senadores que já foram governadores argumentaram que, “ao acumular a condição de candidato, compete na campanha eleitoral em condições extremamente favoráveis em



J. Freitas/Senado Federal

Para Renan, instituto premia os bons governantes com mandato adicional

comparação com os demais concorrentes”.

Ao se posicionar a favor da reeleição, Renan relembra argumentos que levaram à aprovação daquela emenda, como o tempo insuficiente do mandato de quatro anos para os desafios dos cargos. Para o relator, a reeleição permite aos eleitores “premiar os bons governantes com um mandato adicional e punir os maus governantes com a recusa desse mandato”.

Senador defende a unificação dos mandatos

Ao rejeitar o mandato de cinco anos para presidente, governadores e prefeitos, previsto na PEC 38/11, Renan Calheiros afirmou em seu parecer que a proposta é “uma espécie de contrapartida” pelo fim da reeleição no Executivo. Contra o aumento do mandato, ele argumentou que a mudança resultaria na não coincidência entre o período do presidente da República e o dos parlamentares, “fator que dificulta a governabilidade e facilita a ocorrência de crises institucionais”.

Renan defende a coincidência nos períodos de todos os mandatos, o que, afirma, reduziria os custos das campanhas e da Justiça Eleitoral. Para assegurar os direitos adquiridos pelos atuais mandatários, ele propõe que a medida seja adotada apenas em 2018. Dessa forma, apenas os prefeitos e vereadores eleitos em 2016 teriam os seus mandatos fixados em dois anos.

Representantes do governo e da oposição voltam a falar em buscar um consenso para que a proposta possa ser votada ainda nesta semana, provavelmente amanhã

Senadores prometem buscar acordo para PEC das MPs

SENADORES DO PT, PMDB e PSDB pretendem conversar para tentar chegar a um acordo para a aprovação, amanhã, da proposta de emenda à Constituição (PEC 11/11) que altera o rito de tramitação das medidas provisórias no Congresso. A proposta foi devolvida à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) por ter recebido três emendas em Plenário ao substitutivo aprovado na comissão, elaborado pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG). Segundo Walter Pinheiro (PT-BA), autor de uma das emendas, a intenção é chegar a um consenso que permita a retirada das emendas e a aprovação pelo Plenário, sem retorno à CCJ.

O texto de Aécio Neves, que modifica a proposta do senador José Sarney (PMDB-AP), foi aprovado por unanimidade na CCJ no início de maio. Apesar do

acordo na comissão, a bancada do PT apontou, em Plenário, pontos que considerou inaceitáveis. O principal deles é a criação de uma comissão mista permanente de 12 senadores e 12 deputados para analisar a admissibilidade das MPs, sem direito a recurso em caso de rejeição da matéria.

Diante das críticas, Aécio Neves aceitou mudar o texto, incluindo a possibilidade de 10% dos senadores recorrerem da decisão da comissão mista. A iniciativa da oposição de alterar a proposta fez com que os governistas voltassem a falar em acordo.

– Quem sabe a gente chega a um entendimento e decida logo sobre este tema. Precisamos encontrar uma solução que dê segurança para o Executivo trabalhar e tire o Senado do vexame que estamos vivendo – comentou Jorge Viana (PT-AC).



Aécio Neves aceita incluir recurso contra decisão de comissão mista



Walter Pinheiro, autor de emenda ao texto de Aécio, pode retirar proposta

Para Humberto Costa, algumas mudanças da CCJ "extrapolaram"

A possibilidade de consenso surgiu depois de muitas críticas ocorridas em Plenário. Em resposta a intervenção de Aloysio Nunes (PSDB-SP), que lembrou o "caráter solene, abrangente e leal do acordo que foi firmado na CCJ, o líder do PT, Humberto Costa (PE), assegurou aos colegas a intenção da base de aprovar a proposta para assegurar ao Senado o uso de suas prerrogativas. Mas criticou as mudanças aprovadas na CCJ, afirmando que foram além do

que a Casa se propunha no momento.

– O senador Aécio Neves, com toda boa vontade, apresentou seu relatório, que estabeleceu aquilo que era o essencial: a definição de prazos máximos para tramitação das MPs em cada uma das Casas. Porém, agregou algumas preocupações que nós consideramos que extrapolaram a necessidade, pelo menos para o momento, das mudanças que nós todos reivindicamos – disse Humberto Costa.



Em maio, 90% das consultas ao Alô Senado estavam relacionadas com o projeto que criminaliza a homofobia

Alô Senado recebe 280 mil mensagens

Para aumentar a interatividade com os cidadãos, o Senado passou a participar de redes sociais como Twitter, Facebook e Flickr. Mas o principal canal de contato com os senadores ainda é o Alô Senado, disponível por telefone (0800-612211), por carta, pelo Twitter e pelo site do serviço. Em maio, o serviço recebeu cerca de 280 mil mensagens.

De acordo com relatório do Alô Senado, as mensagens enviadas pelos cidadãos aos senadores representaram a maior parte dos atendimentos. Foram, apenas em maio, 272.184 contatos com parlamentares. O serviço registrou ainda no período 4.977 demandas por serviços e 5.419 pedidos de informação.

O Alô Senado é gerido pela Secretaria de Pesquisa e Opinião (Sepop), que responde também pelo serviço de pesquisas DataSenado e pelo resumo e análise diários de notícias sobre a Casa, chamado Senado na Mídia. A Sepop, explica a diretora Ana Lúcia Novelli,

tem como missão acompanhar a opinião da sociedade.

– Acolhemos a opinião espontânea do cidadão pelo Alô Senado. Perguntamos a opinião dos brasileiros durante as pesquisas do DataSenado e conferimos as opiniões que a mídia expressa sobre o Senado fazendo o *clipping* com o Senado na Mídia. Somos o setor que mostra como a sociedade recebe e processa as informações divulgadas pela Secretaria de Comunicação – diz Ana Lúcia.

Projetos de lei

Em maio, as leis e projetos de lei foram assunto de 95% das mensagens. Temas envolvendo os senadores e o próprio Senado foram objeto de 1% das manifestações. Outros assuntos responderam pelos demais 4%.

As consultas relacionadas à homossexualidade – por causa do debate em torno do projeto que criminaliza a homofobia, o PLC 122/06 – foram as mais frequentes em maio, respondendo por 90% das li-

gações e contatos via internet. Temas jurídicos estiveram em 4% dos contatos. Educação, administração pública e saúde pública responderam por 1% das ligações.

Também receberam atenção dos cidadãos em maio o PDS 19/19, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que convoca plebiscito sobre a criação do estado de Tapajós, e o PLS 177/11, de Acir Gurgacz (PDT-RO), sobre restrições à propaganda de fumo e de bebida alcoólica.

Em relação ao perfil do cidadão, percebe-se uma variação significativa de acordo com o motivo que leva a pessoa a entrar em contato com o Alô Senado. Os usuários que procuram os serviços prestados pelo Senado (incluindo as mensagens transmitidas pela Rádio Senado Ondas Curtas) são, principalmente, adultos de 20 a 29 anos (25,4%) e do sexo masculino (53%), dos estados de São Paulo (13%), Rio de Janeiro (9,5%) e Tocantins (7,9%).

Brasileiro está mais pessimista, afirma pesquisa

Pesquisa sobre o estado de espírito do cidadão frente ao ambiente econômico do país, realizada pelo DataSenado em maio de 2011, identificou maior pessimismo e preocupação com saúde, segurança e educação. Os resultados são parciais: foram consolidados 80% dos questionários de 1.200 pessoas pesquisadas. A pesquisa, de abrangência nacional, foi feita por telefone pela Secretaria de Pesquisa de Opinião (Sepop) com pessoas maiores de 16 anos.

O avanço da inflação nos últimos meses se refletiu nas respostas dos cidadãos. O pessimismo é maior entre os que

responderam em maio do que aqueles consultados em outubro de 2010.

Quando questionados sobre os últimos seis meses, 28% responderam que a vida melhorou (contra 36% em outubro de 2010), 52% que permaneceu igual (51% em outubro) e 19% que piorou (12% em outubro).

Sobre a condição econômica nos últimos seis meses, na atual pesquisa, 21% disseram que melhorou (contra 28% em outubro), 49% que ficou igual (51% em outubro) e 29% que piorou (21% em outubro).

Para os próximos seis meses, 57% disseram esperar uma me-

hora (na pesquisa de outubro de 2010 eram 61%), 25% entendem que a situação ficará igual (22% em outubro) e 11% temem que possa piorar (apenas 6% em outubro).

No que diz respeito à qualidade de vida, o emprego, que tradicionalmente sempre foi uma das grandes preocupações da população, apareceu atrás de saúde e segurança. As principais preocupações foram saúde, com 32% (35% em outubro); segurança, com 27% (26% em outubro); educação, com 16% (mesmo índice de outubro); e emprego, com 10% (12% em outubro).

Frente parlamentar defende menos burocracia e maior rapidez nos processos de adoção

“Um filho é sempre um filho, independentemente da cor dele, da condição, do estado de saúde.” A declaração é de Fabiana Gadelha, integrante do Projeto Aconchego, que incentiva a adoção. Mãe biológica de Valentina, ela adotou Miguel, que tem síndrome de Down, e se prepara para acolher Arthur, cujo processo ainda corre em

segredo de Justiça. Para ela, toda criança tem o direito de ser chamada de filho ou filha.

O depoimento de Fabiana fez parte do lançamento da Frente Parlamentar Mista Intersetorial em Defesa das Políticas de Adoção e da Convivência Familiar e Comunitária. O objetivo, segundo os parlamentares, é discutir a modernização das leis e levar

informação aos brasileiros a respeito dos temas.

A iniciativa partiu dos senadores Aécio Neves (PSDB-MG) e Lindbergh Farias (PT-RJ) e dos deputados Gabriel Chalita (PMDB-SP), Alessandro Molon (PT-RJ) e Reguffe (PDT-DF). Segundo os parlamentares, apesar de a nova Lei da Adoção (Lei 12.010/09) representar um

avanço, a demora no andamento dos processos faz com que muitas crianças deixem de ser adotadas.

– O que nós queremos, de um lado, é avançar do ponto de vista legislativo, com uma legislação mais moderna e principalmente mais ágil, menos burocratizada para facilitar os processos de adoção – explicou

Aécio Neves, que considera demorado o processo de perda do vínculo das crianças com familiares biológicos.

Os parlamentares citaram dados do Conselho Nacional de Justiça, segundo os quais há 29 mil crianças em abrigos no Brasil. Dessas, apenas cerca de 4 mil estariam aptas para a adoção.

Requião critica juros altos e alerta para retrocesso industrial

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse ontem que a política econômica do governo está paralisando e fazendo regredir o crescimento industrial brasileiro. A afirmação do senador foi baseada em declaração da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), assegurando que o valor das *commodities* sustentará o crescimento econômico do Brasil por pelo menos mais uma década.

Requião assinalou que as exportações tinham em sua pauta 45% de bens industrializados, mas hoje esse índice é de 39%. Ele disse que isso representa uma regressão do crescimento industrial em benefício de uma aceleração da produção e exportação de grãos e minérios.

– Acabamos nos encaminhando para a primarização do Brasil, uma regressão ao passado. Estamos nos transformando, com a devida redução sociológica, numa *plantation*, voltando à condição de um estado produtor de produtos naturais como foram no passado a África e a Índia. Isso é bom no momento, pois sustenta o prestígio do governo e a alegria do consumo popular. Mas, a médio prazo, isso é terrível – alertou.

O senador lembrou que o Brasil ainda ostenta o título de “recordista mundial absoluto” em matéria de juros reais, com taxas – descontada a inflação – de 6,8% ao ano. O segundo lugar é do Chile, com juros reais de 1,5% ao ano. Requião disse que, de 40 países analisados, 31 estão praticando juros negativos (quando a taxa nominal fica abaixo da inflação), como os Estados Unidos, que têm taxa de 2,6% ao ano. Segundo o senador, esses países estão irrigando suas economias para retomar seu desenvolvimento.

– Nós estamos na contramão das políticas do mundo. A impressão que eu tenho, a nítida impressão que tenho é de que os rentistas [especuladores] e os banqueiros dominam a condução da economia do Brasil – avaliou Requião.



Requião: “Tenho a impressão de que rentistas e banqueiros dominam condução da economia”

Proposta de Vital do Rêgo garante que cliente não precisará pagar taxa caso possa comprovar despesas de 20 vezes o valor devido para deixar o carro na vaga. Leis municipais fixarão valor máximo pelo serviço

CAE vota estacionamento gratuito em troca de compras em *shoppings*

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje projeto que assegura gratuidade no estacionamento para o consumidor que comprovar gastos em lojas de *shopping centers* que correspondam a 20 vezes a quantia devida pela guarda do veículo. A proposta esteve na pauta da semana passada, porém a decisão foi adiada por pedido de vista coletiva.

De autoria do senador Vital do Rêgo

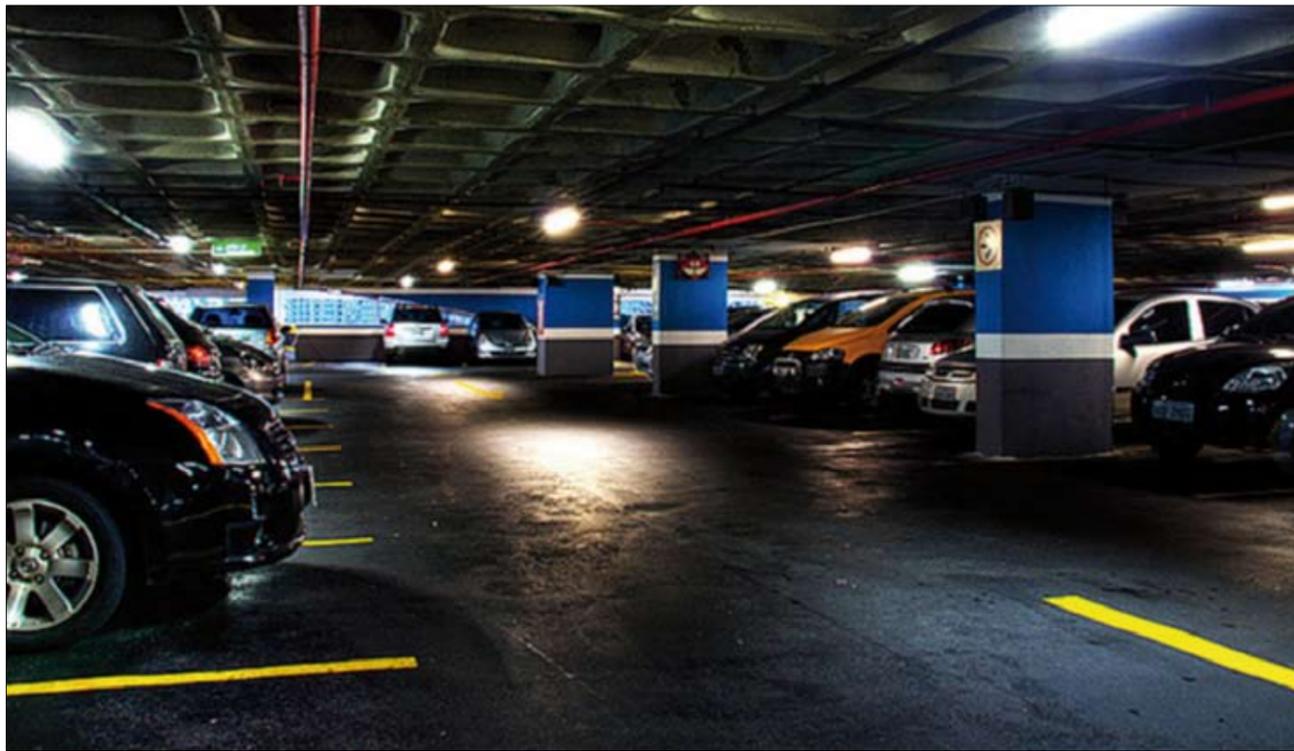
(PMDB-PB), o texto (PLS 87/2011) prevê que os valores cobrados por estacionamento em *shopping center* devem ser estabelecidos em frações de cinco minutos. Segundo a proposta, não haverá cobrança se o uso durar menos de 15 minutos.

O projeto ainda atribui aos municípios a responsabilidade de fixar os valores máximos por hora de estacionamento, em função do mercado imobiliário local

e de outras opções disponíveis para os usuários na mesma região.

Emenda do relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), estabelece reserva de vaga, sem prejuízo do pagamento devido, de 5% para idosos (acima de 65 anos) e de 2% para pessoas com deficiência.

Depois da CAE, a matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que terá decisão terminativa.



Projeto prevê que os valores cobrados por estacionamento em *shopping centers* devem ser estabelecidos em frações de cinco minutos

Projeto obriga agente público a abrir declaração de renda ao TCU

Os titulares de cargos, empregos e funções em qualquer dos Poderes da União terão de assinar autorização para que o Tribunal de Contas da União (TCU) requisite o acesso às suas declarações de rendimentos e bens prestados à Receita Federal. O procedimento está previsto em projeto (PLS 577/09) que deve ser examinado amanhã pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O autor, ex-senador Renato Casagrande, afirma que o objetivo é simplificar o processo de prestação de contas a que estão sujeitos os agentes públicos citados na Lei 8.730/93. Entre eles, estão o presidente e o vice-presidente da República, ministros de Estado, membros do Con-

gresso, da magistratura e do Ministério Público, além de todo titular de cargo ou função de confiança, inclusive nas empresas e autarquias públicas.

Todos esses agentes públicos são obrigados a apresentar sua declaração de renda no momento em que assumem cargo, emprego ou função, e a renovar a obrigação ao fim de cada exercício financeiro, no término da gestão ou mandato e nas hipóteses de exoneração, afastamento ou renúncia definitiva.

Para Casagrande, a exigência da entrega da cópia da declaração em papel é uma previsão anacrônica, que já não combina com a realidade de uma administração tributária informatizada.

Declarações impressas, quando juntadas a processos também em papel, geram muitos inconvenientes, a começar pelo custo ambiental das impressões. Outro problema seria o risco de violação do direito ao sigilo fiscal, em decorrência da manipulação dos documentos por incontáveis pessoas envolvidas na preparação das prestações de contas.

A proposta tem parecer favorável do senador José Agripino (DEM-RN). Ele sugere, porém, três emendas para aperfeiçoamentos no texto. Depois da análise na CAE, a proposta seguirá para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde receberá decisão terminativa.

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história. Mudou para você, mudou para

SECS | SUPRES – Criação e Marketing



“A partir do momento que nós, catadores, temos essa lei, podemos cobrar dos governantes.”

Sônia é presidente da cooperativa 100 Dimensão, que transforma lixo em artigos de moda, papelaria, brinquedos e até móveis.



“A questão principal dentro da sustentabilidade é a mudança do comportamento.”

César é administrador especializado em permacultura. Clarissa é educadora ambiental.

www.senado.gov.br/mudouparavoce2011

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história.





Marcelo Crivella, entre o governador Agnelo Queiroz e Flexa Ribeiro, preside a sessão, requerida por ele e Magno Malta: lideranças evangélicas compuseram a Mesa

Senadores destacam papel social das igrejas Assembleia de Deus

Segundo parlamentares, além de oferecer conforto espiritual sobretudo aos mais humildes, instituição presta uma variada linha de serviços culturais e sociais, de que é exemplo o trabalho de reabilitação de ex-presidiários

AO HOMENAGEAREM ONTEM, em sessão especial, as igrejas evangélicas Assembleia de Deus, pelo centenário de sua atuação, a ser comemorado dia 18 de junho, os senadores destacaram o papel social que a instituição desempenha. Para Marcelo Crivella (PRB-RJ), que, com Magno Malta (PR-ES), requereu a homenagem, a igreja é um local em que as pessoas recebem solidariedade e fortalecimento para enfrentar as dificuldades.

– É ali, em cada uma delas, que, nos momentos mais duros de solidão e tristeza, nosso povo, sobretudo os mais humildes, encontra alento, paz, na comunhão com os irmãos – disse o parlamentar.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou que a instituição, além do conforto espiritual às pessoas, oferece serviços sociais e culturais. Como exemplo, mencionou o trabalho de reabilita-

ção de ex-presidiários realizado pela Assembleia de Deus, que, conforme afirmou, torna essas igrejas verdadeiros centros de assistência social.

Mesmo as pessoas que não concordam totalmente com o credo, segundo o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), devem reconhecer seu papel evangelizador. Para Cristovam, a igreja protege e oferece ascensão espiritual, social e econômica às pessoas.

– Eu considero que o processo de evangelização que houve no Brasil, e a Assembleia de Deus aí dentro, funciona hoje como uma espécie de rede de proteção e escada de ascensão. Uma rede de proteção para todos aqueles que, no Brasil, hoje, vivem como se estivessem

caminhando numa corda bamba e encontram nas igrejas uma rede que lhes protegem. E aqueles que já caíram recebem das igrejas uma forma de encontrar o rumo, o caminho e ascendem outra vez a um papel social – disse o senador.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), católico, fez questão de homenagear a Assembleia de Deus, afirmando que “todas as religiões levam ao mesmo Deus”. Ele defendeu um trabalho conjunto das diferentes igrejas para melhorar as condições de vida das pessoas.

Para Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), os governos precisam realizar parcerias com as igrejas. No Brasil, destacou, as diferentes religiões convivem de

forma harmônica, o que poderá contribuir para um trabalho conjunto.

– Não podemos prescindir de uma aliança estratégica com as igrejas e, especialmente nesse momento, com as Assembleias de Deus, para que possamos atingir esses objetivos: construir uma sociedade mais justa, mais solidária e mais generosa – disse.

O governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, participou da homenagem. Não puderam comparecer ao evento, mas enviaram cumprimentos à Assembleia de Deus a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, que subscreveu o requerimento para a homenagem quando ainda era senadora, e os senadores Eduardo Braga (PMDB-AM), Gim Argello (PTB-DF), Demóstenes Torres (DEM-GO) e Magno Malta. Um coral da Assembleia de Deus encerrou a homenagem.

Sessão especial do Senado marca comemoração dos 100 anos da Assembleia de Deus

Sarney recebe hoje anteprojeto do novo CDC

A comissão de juristas encarregada da atualização da Lei 8.078/90, que dispõe sobre a proteção do consumidor, deve apresentar hoje ao presidente do Senado, José Sarney, propostas preliminares de reforma do Código de Defesa do Consumidor.

Três temas nortearam essa atualização do CDC: superendividamento e crédito ao consumidor, comércio eletrônico e ritos processuais envolvidos na defesa do consumidor.

Prevenção ao bullying em debate

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) discute hoje a proposta (PLS 228/10) do senador Gim Argello (PTB-DF) que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional para incluir, entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino, a promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias para prevenção e combate ao bullying. O projeto define o bullying como um conjunto de ações recorrentes de intimidações e agressões, perpetradas sem motivação aparente contra uma mesma vítima.

Subcomissão discute Belo Monte amanhã

A subcomissão temporária criada para acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, realiza, amanhã, audiência pública sobre o andamento das obras da hidrelétrica. A subcomissão é vinculada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Estão convidados representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Consórcio Norte Energia e do governo paraense.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro*

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves

e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Fernando Collor

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes,

Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Sarney defende fim de sigilo de documentos

O presidente do Senado, José Sarney, defendeu a abertura dos sigilos de documentos sobre dados da história recente do país, mas posicionou-se a favor da manutenção do sigilo eterno sobre determinados documentos oficiais históricos. De acordo com o senador, a revelação de certas informações poderia "abrir feridas" nas relações diplomáticas do Brasil com países vizinhos.

Está em tramitação no Senado o PLC 41/10, que regulamenta o acesso a informações de interesse coletivo produzidas ou custodiadas pelo Estado.

– Defendo a abertura de documentos recentes. Agora, os documentos que fazem parte da nossa história diplomática, que tenham articulações como Rio Branco teve que fazer muitas vezes, não podemos revelar, senão vamos abrir feridas – afirmou.

Segundo Sarney, o Brasil tem fronteiras tranquilas, sem atritos com os vizinhos, graças à capacidade de negociação de nossos antepassados.

– Tenho muita preocupação de que hoje tenhamos oportunidade de abrir questões históricas que devem ser encerradas – disse.

No que se refere ao passado recente, Sarney salientou que todas as informações sobre sua atuação como presidente da República estão disponíveis para consultas públicas.

– Quanto a mim, meus documentos são públicos. Estão na Fundação José Sarney mais de 400 mil documentos para todas as consultas públicas. Poderia dizer que sou um homem que nada tem a esconder – assinalou.

De acordo com o PLC 41/10, uma Comissão Mista de Reavaliação de Informações, composta por representantes dos três Poderes, terá a missão de enquadrar as informações públicas por grau de sigilo em ultrassecretas, secretas e reservadas. Para cada uma dessas classificações, há um prazo para a permissão de divulgação: 25, 15 e 5 anos, respectivamente, sendo prevista uma renovação.



Vanessa, que está na Suíça, diz que 71% dos empregados domésticos não têm carteira assinada



Vital do Rêgo integra delegação brasileira na conferência de Genebra, que vai até sexta-feira

Senadores participam em Genebra de conferência sobre trabalho doméstico

Reunião internacional na Suíça deve aprovar uma resolução condenando as condições degradantes a que muitos profissionais estão submetidos. Brasil tem sido um dos líderes do movimento e Congresso deve ratificar decisão

A 100ª CONFERÊNCIA Internacional do Trabalho em Genebra, na Suíça, aprova nesta semana uma convenção específica sobre o trabalho doméstico, condenando as condições degradantes em que muitas vezes esse serviço é prestado. O Brasil participa do encontro e tem sido um dos principais líderes na luta por melhores condições de trabalho para esses profissionais.

Uma vez aprovada a convenção, o país deve ratificar o documento criando, por meio do Congresso Nacional, um marco legal para a categoria. Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), que junto a Vital do Rêgo (PMDB-PB) integra a delegação do Senado na conferência que

termina na sexta-feira, diz que o tema é de fundamental importância para o Brasil, onde 7,2 milhões de pessoas são trabalhadores domésticos, predominantemente do sexo feminino.

– Desse total, apenas 29% têm carteira assinada, ou seja, 71% não têm os seus direitos elementares respeitados – informou a senadora, que aposta num endurecimento das legislações nacionais do emprego doméstico após Genebra.

Proteção social

Em muitos países, os trabalhadores domésticos são excluídos das disposições regulamentares formais por não terem estatuto

claro e um abrigo na legislação trabalhista. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a conferência representa "uma das maiores oportunidades de reafirmação da importância de estabelecer normas internacionais e cooperação técnica para um setor que é, simultaneamente, essencial ao trabalho da OIT, à economia global e à missão de promoção do trabalho digno para todos".

– O mundo enfrenta um sério desafio de justiça social. Governos e delegações de empregadores e trabalhadores irão considerar como eles, representantes da economia real, vão enfrentar esse desafio – assegurou o diretor-geral da OIT, Juan Somavia.

A conferência discute, além do trabalho doméstico, dois outros temas: proteção social aos trabalhadores e administração do trabalho. Considerado exemplo na questão de proteção social aos trabalhadores, o Brasil defende a discussão, na próxima edição da conferência, da implantação, em todos os países integrantes da OIT, de um piso salarial para os trabalhadores. No país, o piso adotado é o salário mínimo.

Os representantes do governo no encontro são a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes; o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi; e o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho.

Mozarildo elogia plano de Dilma para faixa de fronteira

Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) elogiou ontem, em Plenário, a iniciativa da presidente Dilma Rousseff de lançar o Plano Estratégico de Fronteira, que tem por objetivo reforçar a segurança na divisa do Brasil com outros países.

O senador ressaltou que a maior parte dos 17 mil quilômetros de fronteiras brasileiras fica em áreas secas "sem nenhum tipo de obstáculo ao ir e vir de pessoas".

Em virtude dessa falta de fiscalização, acrescentou, é comum o tráfico de drogas e o contrabando de armas e outras mercadorias, como medicamentos falsificados e produtos pirateados.

– É realmente lamentável que as nossas fronteiras sejam tratadas dessa forma – avaliou.

Mozarildo destacou que regiões de fronteira como a de Roraima com a Guiana e com a Venezuela precisam de maior presença do Exército e da Polícia Federal.

– O Exército brasileiro tem unidades militares em quase toda a extensão, mas em número insuficiente, em quantidade de pessoal e em equipamentos



Senador preside subcomissão que estuda soluções para zona fronteiriça

também insuficientes. Então, é preciso que, com esse plano de fronteiras lançado pela presidente Dilma, nós possamos melhorar a presença na fronteira toda – declarou.

A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), vem realizando reuniões e audiências públicas com o objetivo de buscar soluções definitivas para as regiões fronteiriças.

Mozarildo também pediu ao Ministério da Integração Nacional celeridade na liberação de recursos para Roraima em virtude das chuvas e enchentes no estado.

Collor relata debate sobre o Brasil e o Conselho de Segurança

O senador Fernando Collor (PTB-AL) relatou as opiniões de especialistas sobre a inserção do Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), manifestadas em reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Collor citou o embaixador Ronaldo Sardenberg, para quem nunca houve oportunidade tão favorável à candidatura brasileira. O embaixador acredita que o Brasil se fortaleceu com a criação do G-4, que inclui Alemanha, Brasil, Índia e Japão, e ganhou prestígio e influência na crise econômica e espaço relevante entre os países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

O professor Creomar Lima Carvalho de Souza, do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, disse Collor, ressaltou a importância do Congresso nas decisões e no controle da política externa brasileira, bem como a necessidade de o debate sobre a pretensão brasileira ser estendido à sociedade civil.

O professor Danny Zahredine, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), afirmou Collor, destacou o potencial do país, representado por sua biodiversidade, amadurecimento das instituições



Collor preside a Comissão de Relações Exteriores, que promoveu a discussão

democráticas, melhoria da educação, população economicamente ativa e percepção de poder que o Brasil merece dos demais países.

Collor concluiu relatando a participação do professor Albert Fishlow, do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Colúmbia, em Nova York, que acredita que o Brasil já desempenha um importante e influente papel no âmbito do G-20. Ele vê dois problemas em obter um assento permanente no conselho: os altíssimos custos financeiros, devido ao crescente número de intervenções patrocinadas pela ONU; e a necessidade de alterar a política brasileira de não intervenção e de respeito à lei internacional.



Brasil passou a adotar exame em 1976

O teste de triagem neonatal foi desenvolvido pelo médico norte-americano Robert Guthrie, que em 1961 criou um método para diagnóstico precoce da fenilcetonúria em amostras de sangue seco colhido em papel-filtro. De acordo com informações da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal, a partir dessa iniciativa foi disseminada a triagem neonatal para diagnóstico de diversas doenças em grandes populações e, em 1964, 400 mil crianças tinham sido testadas para fenilcetonúria em 29 estados americanos.

Em 1968, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a recomendar o Teste de Guthrie, denominação internacional recebida pelo teste de triagem neonatal. No Brasil, o teste foi introduzido em 1976 pelo médico Benjamin Schmidt em um projeto da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo (Apae-SP) para detecção da fenilcetonúria. Nas décadas de 1970 e 1980, os exames se disseminaram em alguns estados, levando à edição de leis locais para a obrigatoriedade de realização.

Em 1992, o Ministério da Saúde publicou portaria incluindo a triagem neonatal da fenilcetonúria e do hipotireoidismo no Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2001, outra portaria ampliou a cobertura populacional e incluiu a anemia falciforme (e outras hemoglobinopatias) e a fibrose cística no teste.

Saiba mais

Ministério da Saúde
Espanada dos Ministérios – Bloco G – Brasília (DF)
CEP 70058-900
Disque saúde: 0800 61 1997
www.saude.gov.br

Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal
Alameda Verona, 32 – Pituba
Salvador (BA) – CEP 41830-465
Fone: (71) 3270-8349
www.sbtn.org.br

CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL

Teste do pezinho garante diagnóstico de doenças

Moléstias graves que não apresentam sintomas logo após o nascimento do bebê podem ser identificadas, como a fenilcetonúria e o hipotireoidismo congênito

A TRIAGEM NEONATAL, mais conhecida como teste do pezinho, identifica doenças congênitas ou infecciosas que não apresentam sintomas logo após o nascimento, mas podem ter consequências graves. A Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal (SBTN) esclarece que, com o exame, é possível fazer o diagnóstico a tempo de se interferir no curso da doença, permitindo a adoção de tratamento precoce específico e a diminuição ou eliminação das sequelas.

Atualmente, o teste está disponível em todos os estados, que contam com pelo menos um serviço de referência em triagem neonatal e diversos postos de coleta nos municípios, segundo informações do Ministério da Saúde, que criou o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) em 2001.

O exame oferecido pela rede pública de saúde detecta o hipotireoidismo congênito e a fenilcetonúria. Alguns estados estão habilitados a constatar também as hemoglobinopatias (como a anemia falciforme) e outros ainda diagnosticam a

fibrose cística. De acordo com a SBTN, em laboratórios particulares o teste do pezinho permite identificar mais de 30 doenças antes que seus sintomas se manifestem.

A importância do teste do pezinho precisa ser ressaltada junto às mães pelos médicos, que devem orientá-las a procurar um posto de coleta público ou um laboratório da rede privada de saúde. Para garantir o sucesso da detecção, o Ministério da

Saúde informa que o exame deve ser feito no momento e da forma adequados. Veja o passo a passo para fazer o procedimento:

- A coleta só pode ser feita 48 horas após o início da amamentação e nunca depois de 30 dias de vida da criança, sendo o ideal entre o terceiro e o sétimo dia de vida.

- No posto de coleta, é feita uma ficha cadastral da criança.

- A coleta é realizada por uma enfermeira especialmente treinada e todo o material necessário para a única punção, feita no calcanhar do recém-nascido – região rica em vasos sanguíneos

–, deve ser descartável.

- Após a coleta, o papel-filtro deve ser mantido em temperatura ambiente até a secagem completa do sangue por pelo menos duas horas.

- O exame colhido é encaminhado a um laboratório central, onde será processado, e o resultado é encaminhado de volta ao posto de coleta para que a família o receba e apresente ao pediatra.

- Em caso de resultado alterado, o laboratório central aciona o posto de coleta para que entre em contato com a família e traga a criança para fazer exames confirmatórios.

- A orientação dada aos pais deve ressaltar que a maior parte das doenças detectáveis pelo teste do pezinho são assintomáticas no período neonatal. Portanto, eles não devem demorar em procurar a confirmação diagnóstica dos casos suspeitos, sob o risco de haver sequelas graves e irreversíveis no desenvolvimento da criança.

- Dependendo da doença detectada, é possível obter adequada orientação sobre o tratamento nos serviços de referência em triagem neonatal, que contam com uma equipe multidisciplinar especializada.

O que já é detectado pelo teste do SUS

- ▶ **Hipotireoidismo congênito** — Doença hereditária que impossibilita o organismo de gerar o hormônio tireoidiano T4, impedindo o crescimento e o desenvolvimento do recém-nascido. É a causa mais comum de retardo mental.
- ▶ **Fenilcetonúria** — Doença genética que transforma um aminoácido comum encontrado nos alimentos em toxina para o cérebro. A ausência da enzima responsável pela digestão e eliminação da fenilalanina faz com que ela se acumule no organismo, tornando-a um subproduto tóxico, que ataca principalmente o cérebro e tem efeitos irreversíveis, como retardo mental permanente.
- ▶ **Hemoglobinopatias** — Conjunto de doenças causadas por defeitos numa proteína denominada hemoglobina, cuja principal função é o transporte de oxigênio dos pulmões para os tecidos e de gás carbônico dos tecidos aos pulmões para assim ser liberado. A maioria das hemoglobinopatias causa de leve a moderada anemia.
- ▶ **Fibrose cística** — Doença hereditária causada por uma mutação no gene que intervém na produção do suor, dos sucos digestivos e dos mucos. A dificuldade para respirar é o sintoma mais sério e resulta das infecções crônicas no pulmão que são tratadas, mas apresentam resistência aos antibióticos e a outras medicações.

O que o SUS também planeja detectar

- ▶ **Deficiência da biotinidase** — Doença metabólica tratável na qual o organismo não consegue obter da maneira adequada a vitamina biotina, presente nos alimentos, permitindo sua absorção pelo intestino. A biotina é essencial para o metabolismo normal do organismo, sendo indispensável para a atividade de diversas enzimas.
- ▶ **Hiperplasia adrenal congênita (HAC)** — Crescimento exagerado do córtex da glândula adrenal, causado por uma mutação genética que provoca no feto produção demasiada do androgênio (hormônio esteroide que estimula ou controla o desenvolvimento e manutenção das características masculinas).

CDH debate detecção de mais moléstias

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) debateu a ampliação do teste do pezinho com especialistas e representantes do governo no último dia 6 de junho, data em que se comemora o Dia Nacional do Teste do Pezinho por causa da criação do Programa Nacional de Triagem Neonatal. Na reunião, feita a pedido da senadora licenciada Gleisi Hoffmann, o Ministério da Saúde anunciou que mais duas doenças poderão ser diagnosticadas por meio desse exame: a deficiência de biotinidase e a hiperplasia adrenal congênita. No entanto, a data para implantar esses diagnósticos não está definida.

O secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Helvécio Magalhães Júnior, ressaltou que há um esforço do governo para levar a todos os estados o diagnóstico completo feito pelo teste do pezinho, que hoje alcança somente quatro estados. O professor Marcos José Burle de Aguiar, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), alertou para o risco do “falso positivo” – quando o teste indica doenças inexistentes no recém-nascido –, o que, segundo ele, é muito comum.

Quando o falso positivo aparece, disse o professor, os pais são afetados psicologicamente e fazem exames muito caros para confirmar o diagnóstico. Ele argumentou que existem outras doenças que não têm tratamento ou têm tratamento questionável, além de pacientes que, apesar de portadores de doenças, serão assintomáticos a vida inteira.

– A inclusão de mais doenças na triagem neonatal deve ser analisada caso a caso, para não se jogar dinheiro fora e atender, simplesmente, à indústria que produz equipamentos para esses exames – observou.